

CONTRATO NUMERO TRINTA E SETE, BARRA DOIS MIL E VINTE E	
CINCO – AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE PNEUS	
ENTRE:	
PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICIPIO DA COVILHÃ, sito na Praça	
do Município, Covilhã, titular do numero único de identificação de pessoa	
coletiva 505330768, neste contrato representado pelo seu Presidente	
Doutor Vítor Manuel Pinheiro Pereira, natural da freguesia e	
concelho de Sintra e com residência profissional em Câmara Municipal da	
Covilhã, Praça do Município, Covilhã, em nome do mesmo outorgando e	
com poderes para o ato, no uso da competência que lhe é delegada pelo	
numero um, da alínea f), do numero dois, do artigo trinta e cinco, da Lei	
numero setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro	
SEGUNDO OUTORGANTE: COVIPNEUS, LIMITADA titular do	
número único de identificação de pessoa coletiva 500 228 264, com sede	
social em Rua de Almeiriga, número quinhentos e cinquenta, freguesia de	
Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos e Distrito do	
Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, com o capital	
social de um milhão e cem mil euros, neste contrato representada por	
natural de <u>e com residência em Rua de</u>	
Almeiriga, número quinhentos e cinquenta, freguesia de Matosinhos e	
Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos e Distrito do Porto,	
contribuinte fiscal numero , em nome da mesma outorgando,	
Página 1 de 7	



como gerente, com poderes para o ato, que provou com a apresentação
da certidão permanente emitida pela Conservatória do Registo Comercial,
válida até ao dia vinte e três, do mês de novembro, do ano de dois mil e
vinte e cinco, que aqui se dá por inteiramente reproduzida
Verificou-se a identidade e qualidade de representação dos
Outorgantes
É celebrado o presente contrato, nos termos e condições das
clausulas seguintes:
CLAUSULA PRIMEIRA:
Que a minuta do presente contrato, foi aprovada pelo Primeiro
Outorgante, aos vinte e sete dias, do mês de março, do ano de dois mil e
vinte e cinco;
CLAUSULA SEGUNDA:
Que o Município da Covilhã, por despacho do Presidente da Câmara do
dia vinte e sete, do mês de março, de dois mil e vinte e cinco, decidiu,
mediante prévia realização de procedimento por consulta prévia (ao
abrigo do disposto na alínea c), do numero um do artigo vinte, do Código
dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra
dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, com as alterações introduzidas
até à aprovação do Decreto-Lei número cinquenta e quatro barra dois mil
e vinte e três, de catorze de julho de dois mil e vinte e três (doravante
designado por CCP)" e após o cumprimento das respetivas formalidades



legais, adjudicar ao Segundo Outorgante a "AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE
PNEUS", de acordo com a sua proposta, declarações e certidão de
registo criminal e em conformidade com o caderno de encargos,
documentos a cujo cumprimento integral se obrigam ambos os
Outorgantes, cujos originais constam do processo concursal e ainda nas
seguintes condições especiais;
CLAUSULA TERCEIRA:
Que pela adjudicação da aquisição de serviços do presente contrato e
pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do mesmo, o
Primeiro Outorgante pagará ao Segundo Outorgante, o valor total de
€24.361,99 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta e um euros e noventa
e nove cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa de 23% (vinte e três por
cento), no valor de €5.603,26 (cinco mil seiscentos e três euros e vinte e
seis cêntimos), perfazendo o encargo total de €29.965,25 (vinte e nove
mil novecentos e sessenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos);
CLAUSULA QUARTA:
Que o presente contrato não terá lugar a qualquer modificação, nem a
quaisquer ajustamentos;
CLAUSULA QUINTA:
Que nos termos do número dois do artigo noventa e seis do CCP, fazem
parte integrante do contrato independentemente da sua redução a escrito-
Um – O oficio/convite, o caderno de encargos e respetivos anexos;
Dois - A proposta adjudicada e respetivos anexos;
Página 3 de 7



CLAUSULA SEXTA:
Que nos termos do número cinco, do artigo noventa e seis, do CCP, em
caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula quinta a
prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesta
condição;
CLAUSULA SÉTIMA:
Que nos termos do número seis, do artigo noventa e seis, do CCP, em
caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula quinta e o
clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto
aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo noventa
e nove e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo
cento e um do CCP;
CLAUSULA OITAVA:
Que os pagamentos respeitantes ao presente contrato serão
satisfeitos mediante a apresentação de faturas do Segundo Outorgante e
pagas, conforme o estipulado no caderno de encargos e orçamentalmente
pela classificação orçamental pelo objetivo (classificação económica)
02/020112, do orçamento e pela classificação do plano de atividades
(classificação funcional) 9901.01, por onde tem cabimento orçamental a
despesa a efetuar e nos termos do plano plurianual, aprovado pela
Assembleia Municipal, aos dezoito dias, do mês de dezembro, do ano de
dois mil e vinte e quatro e registado pelo compromisso numero dois mil e



vinte e cinco, barra, novecentos e trinta e três;
CLAUSULA NONA:
Que não há lugar a revisão de preços, mantendo-se inalterável o preço
contratual durante da vigência do contrato;
CLAUSULA DÉCIMA:
Que, nos termos do caderno de encargos, esta aquisição deverá ficar
concluída no prazo de 3 (três) meses, com início no dia seguinte ao da
assinatura do contrato
CLAUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:
Que na parte não especialmente prevista neste contrato e nos
documentos neles referidos, se aplicarão as normas legais reguladoras do
CCP e restante legislação subsidiária;
CLAUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:
Que nos termos do regulamento (CE) número duzentos e treze, barra,
dois mil e oito, da Comissão de vinte e oito, de Novembro de dois mil e
sete, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, de quinze, de Março,
de dois mil e oito, ao presente contrato é aplicado o seguinte Vocabulário
comum para os contratos públicos: 34350000
CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:
Que nos termos do número dois, do artigo cento e treze, do CCP, o
Segundo Outorgante não se encontra impedido da celebração do
presente contrato, por não ter ultrapassado o limite constante da alínea
a), do número um do artigo vinte do mesmo diploma legal;
Página 5 de 7



CLAUSULA DÉCIMA-QUARTA:
Que nos termos do artigo duzentos e noventa, letra A, do CCP, o gestor
nomeado para o presente contrato é o
CLAUSULA DÉCIMA-QUINTA:
O contrato poderá ser resolvido, nas situações previstas no caderno de
encargos;
DISPOSIÇÕES FINAIS:
Disse o Segundo Outorgante que, na qualidade em que intervêm,
aceita a presente adjudicação com todas as obrigações que dela
emergem, pela forma como fica exarado neste contrato e documentos
que dele ficam a fazer parte integrante e atrás citados, renunciando a todo
o beneficio ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou
anular
Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente aceitaram
Foram apresentados pelo Segundo Outorgante os seguintes
documentos:
Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, aos trinta dias,
do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e cinco, comprovativa do
cumprimento das obrigações para com a segurança social, certidão
comprovativa da situação tributária regularizada emitida pela Repartição
de Finanças, aos nove dias, do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte
e cinco e declaração de registo de beneficiário efetivo, consultada aos
Página 6 de 7



três dias, do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e dois e declaração
sob compromisso de honra, de que não se encontra impedido da
celebração do presente contrato, emitida aos trinta e um dias, do mês de
março, do ano de dois mil e vinte e cinco
O presente contrato, feito em dois exemplares de 7 (sete) páginas,
assinado por ambos os Outorgantes, pela ordem por que foram referidos,
com recurso a assinatura digital, ou digitalizada com indicação expressa
da data de assinatura, ficando um exemplar na posse de cada um dos
Outorgantes
O presente contrato que vai ser assinado eletronicamente, considera-
se datado e válido, com a data da aposição da última assinatura

# O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante



07-04-2025
Documento assinado digitalmente